

REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL: IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E URBANOS DAS ATIVIDADES PETROLÍFERAS EM MACAÉ (RJ)

Texto apresentado no GT 3 do I Sem. Nacional de PGs em Ciências Sociais, UFES, Vitória, 31/5 a 3/6/2011

Selene Herculano¹

Resumo: este artigo enfoca o desenvolvimento local desigual experimentado por Macaé (RJ), a auto denominada “capital nacional do petróleo”, onde a Petrobrás instalou desde 1978 a sua sede operacional da Bacia de Campos. Discutimos análises teóricas sobre limites e desafios do desenvolvimento local e a responsabilidade sócio-ambiental empresarial, com o propósito de contribuir para o debate sobre como e o que fazer para superar um aspecto trágico e repetitivo brasileiro, que é o fato do seu crescimento econômico vir acompanhado pela concentração da pobreza e pela degradação social, ambiental e urbana nas localidades que sediam grandes investimentos.

Introdução:

Este artigo resulta de uma pesquisa, sob os auspícios do CNPq², sobre contradições e desafios do desenvolvimento local efetivado a partir das atividades de uma mega empresa e seus impactos positivos e negativos. A localidade é o município de Macaé (RJ) e suas transformações econômicas, urbanas e ambientais de 1979 a 2009; as origens das mudanças são as atividades petrolíferas de prospecção e exploração *off-shore* de petróleo pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás e as conseqüentes receitas municipais advindas do pagamento de royalties e participações especiais sobre esta produção. O artigo incorpora pontos debatidos durante a Oficina sobre os impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas em Macaé, realizada em dezembro de 2010 na UFF, pelo PPGSD e LACTA. (<http://www.uff.br/macaehimpacto/OFICINAMACAE/>)

1- Teorias sobre o desenvolvimento local:

¹ Professora Associada da Universidade Federal Fluminense – UFF-ICHF- GSO; www.professores.uff.br/seleneherculano; selene@vm.uff.br

² “Petróleo, desenvolvimento local e ambiente. Um estudo de caso de Macaé (RJ)”. Selene Herculano, Thereza Carvalho Santos e Vera Lúcia Ferreira Motta Rezende. Edital MCT/CNPq 03/2008

As teorias sobre desenvolvimento local – ou sobre a dificuldade de realizá-lo - podem ser agrupadas em dois tipos: um, que podemos chamar de estruturalista e que explica o sub ou mau desenvolvimento local como resultado de forças econômicas que atuam na macro-estrutura e que constroem tanto os estados-nações quanto dentro deles as localidades. As teorias do desenvolvimento dependente e do dependente-associado (Gunder Frank; Cardoso & Faletto) são seus melhores exemplos. Brandão menciona alguns autores de concepções marxistas (Lefebvre; Harvey; Lipietz; Castells) que explicam a reprodução social do espaço a partir da relação entre Estado e capital e das lutas internas entre frações do capital e entre este e o trabalho. Com base neste enfoque estruturalista, somos levados a concluir que a superação de tal situação de sub ou mau desenvolvimento local seria algo que só poderia acontecer do nível macro-estrutural para o micro. Complementarmente, seria impossível a concretização de um desenvolvimento local que fosse econômico e social a um só tempo, por conta das pressões migratórias do segmento mais pobre e sem qualificação e suas urgências.

Um segundo tipo de enfoque sobre o desenvolvimento local forma o pensamento que Brandão chama criticamente de “localistas” e no qual agrupa as propostas de “capital social”, de “economia solidária e popular”, de “voluntariado”, “empreendedorismo”, “microiniciativas”, “parceria público-privada”, “cooperativa”, “governança”, “responsabilidade social empresarial”, etc. Tais idéias tem em comum não apenas o nível micro, mas a aposta na capacidade individual, na sua criatividade, o que levaria a uma nova identidade e um novo perfil mais atraente para as localidades onde os indivíduos empreendedores agem. Brandão as critica como uma “endogenia exagerada das localidades” e também por parecerem partir da idéia de que os conceitos de oligopólios, de classes sociais, de hegemonia estariam superados como explicação para uma nova realidade onde já não haveria centralização, concentração, massificação e estandarização (2007:38,45). Além disso, essas teorias localistas partem, segundo Brandão, da premissa equivocada de que a região e a esfera nacional ter-se-iam tornado desimportantes. (Lembramos que o próprio mote da Conferência de Cúpula da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio 92) – “pensar globalmente, agir localmente”- parecia também prescindir da esfera nacional.)

Houve, prossegue Brandão, uma “certa banalização e vulgarização da problemática do desenvolvimento de cidades, regiões e países” porque as explicações foram deslocadas para o lugar-comum do voluntarismo, esquecendo a “natureza estrutural, histórica e dinâmica destas “questões espaciais”. O autor propõe um olhar diverso, examinando o local, o territorial a partir de uma perspectiva estrutural, e recolocando o urbano e suas políticas dentro da economia política do desenvolvimento. Segundo ele, há um movimento desigual da acumulação de capital no espaço, através de processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia:

- o capital homogeneíza porque leva a mercantilização às últimas conseqüências e porque aniquila o espaço pelo tempo, sendo indiferente ao lugar;
- o capital integra porque cria instâncias mais largas – nacional, supra-nacional, às custas da supressão da autonomia e independência dos lugares;
- o capital polariza porque hierarquiza espaços, ao criar pontos nodais com diferentes níveis de estruturas de serviços, centros de armazenagem, comercialização, gestão, poder político e cultural;
- o capital se funda na hegemonia, na conquista do consenso via persuasão e alianças de classes, ocultando fissões e conflitos, criando um pacto de dominação entre donos de terra, o Estado e os donos do dinheiro, contra “as camadas baixas, difusas, deserdadas e com fratura orgânica.” (2007: 86)

Ao percorrer a história econômica brasileira, Brandão menciona os pontos territoriais de semi-enclave, as frentes de expansão, as ilhas de infra-estrutura e nelas as oligarquias regionais que trouxeram uma industrialização restringida em um processo de “fuga para frente”. As localidades do país receberam um “processo avassalador de migração, urbanização-metropolização e burocratização” (2007: 129). Frações modernas do capital soldaram seus interesses com o capital mercantil, aquele de natureza política, garantido por privilégio político (2007: 139) e perpetuaram o atraso estrutural do Brasil. Houve, segundo Brandão, uma “pactuação horizontal interoligárquica”, que permitiu a combinação do dinamismo das forças produtivas com a reprodução simples e não dinâmica da periferia. (2007: 99). Essa situação, que seria explosiva, foi amortecida através da mobilidade espacial e social e da expansão da fronteira agrícola, mas esse amortecimento implicou em favelas e depredação ambiental.

No outro extremo das propostas sobre como efetivar o desenvolvimento local, estão aqueles que enfatizam mesmo a ação inovadora de um indivíduo criativo, mas sobretudo das empresas que o estimulam (GOMES & MORETTI). Caberia às empresas e ao empresariado um papel fundamental em um novo capitalismo, agora conscientizado das urgências sociais e do comprometimento moral com o entorno das suas corporações. Tais idéias se difundiram com os conceitos de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade sócio-ambiental das empresas. Elkington (2001), da “Sustainability”, e Hawkins & Lovins (1999) sustentam a tese de que o desenvolvimento sustentável é atribuição empresarial porque depende de inovações e de tecnologia, plantas que vicejam nas empresas, e porque a busca de sustentabilidade dá oportunidade a novos negócios via criação de novos perfis de mercado. Layrargues, todavia, mostra-se algo descrente deste ambientalismo empresarial que se configuraria na maior parte dos casos, em uma cortina de fumaça.

As teorias acima sintetizam duas concepções que deram extenso debate na sociologia em geral e da sociologia do desenvolvimento em particular: o confronto do estruturalismo, que trata de forças sociais sem sujeito, versus o voluntarismo da ação planejada dotada de sentido e vontade de sujeitos que agem. Como se dá o processo de desenvolvimento, quem o faz, quem o impede? Ao se debruçar sobre o desenvolvimento urbano, Maricato nos oferece uma análise complexa do porquê da degradação social e ambiental das cidades brasileiras: sem deixar de ver os aspectos estruturais, ela não exime das suas causas também as inconsistências internas da máquina administrativa, o beletismo bacharelesco, cômodo e ineficaz da sua tecnocracia, a adaptação esperta do pequeno rentista de imóveis de auto-construção, as negociações de permissões e até de lotes clandestinos por parte do corpo fiscal etc.

2. A Bacia de Campos:

A exploração da Bacia de Campos começou no final de 1976, com o poço 1-RJS-9-A, que deu origem ao campo de Garoupa; a produção comercial começou em agosto de 1977, através do poço 3-EM-1-RJS, no campo de Enchova. Entre o final dos anos 70 e 90, a Petrobrás investiu na Bacia de Campos cerca de 20 bilhões de reais (MONIÉ, 2003, p. 271). Considerada a maior reserva petrolífera da Plataforma Continental Brasileira, a Bacia de Campos tem cerca de 100 mil quilômetros quadrados e se estende do estado do Espírito Santo nas imediações da cidade de Vitória, até Arraial do Cabo, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. É responsável por aproximadamente 84% da produção nacional de petróleo (dados de 2009), em 55 campos em operação, 36 dos quais são considerados maduros, ou seja, já atingiram o pico de produção. Dali se extraem cerca de 1,49 milhão de barris/dia de óleo e 22 milhões de metros cúbicos/dia de gás (dados de 2009). A previsão feita para 2010 era que a produção aumentaria para 1,8 milhão de barris de óleo por dia e 34,6 milhões de metros cúbicos de gás³. As atividades da Bacia de Campos em 2009 ocupavam 48.829 pessoas embarcadas e tinham 2203 poços perfurados.⁴ (Segundo o Anuário Estatístico da ANP de 2009, Tabela 2.7, o estado do Rio de Janeiro teria 554 poços produtores e o país 8560).

Com as operações da Bacia de Campos, o Estado do Rio de Janeiro tornou-se o maior produtor do país e seus municípios da região norte-fluminense tornaram-se os maiores beneficiários das participações especiais e dos royalties, passando a ser denominados como “municípios petro-

³ Fonte: http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/plataforma/pla_bacia_campos.htm

⁴ Dados da Secretaria Municipal de Finanças de Macaé.

rentistas”. Em 2009 os valores em royalties pagos ao estado do Rio de Janeiro e aos seus municípios foram de R\$ 1.709.375.000,00 para o Estado e R\$ 1.872.103.000,00 para os municípios.⁵

TI – PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS E ROYALTIES PAGOS EM 2009 (R\$1000):

	Participações Especiais	Royalties
Estado do Rio de Janeiro	3.175.451	1.709.375
Municípios produtores:		
Campos	457.926	419.628
Rio das Ostras	113.987	117.771
São João da Barra	85.451	73.127
Macaé	60.988	294.558
Cabo Frio	29.300	95.662
Quissamã	25.870	65.922
Casimiro de Abreu	14.863	39.162
Búzios	4.477	36.188
Carapebus	761	21.899
Arraial do Cabo	241	4.998

Fonte: ANP – Anuário Estatístico de 2009, Tabela 2.16 (participações) e

UCAM – Info royalties (<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>)- valores correntes

3 Macaé – crescimento econômico e urbano:

Macaé tem um território de 1.219,8 km² na região do Norte-Fluminense, dividido em seis distritos: além do distrito-sede, há os distritos de Cachoeiros de Macaé, Frade, Glicério e Sana. A beleza natural da região é diversificada: na costa há lagunas, praias e arquipélagos; na região serrana, bem cortada por rios e ainda florestada, há matas, corredeiras e cachoeiras onde se pratica raft e rapel.

Até ser escolhido pela Petrobrás como base das operações em terra da Bacia de Campos em 1977, era um município rural. Seu povoamento se iniciou em 1580, integrando a Capitania Hereditária de São Tomé. O município foi criado em 1813 e em 1846 a Vila de Macaé passou à condição de cidade. “Vivia em relativo isolamento e sua produção açucareira e cafeeira se escoava através do Canal Campos-Macaé, de 109 km de extensão, construído em 1872 com mão de obra escrava, e pela estrada de ferro Macaé-Campos, construída em 1875”.⁶

O ambiente construído no seu distrito-sede é fragmentado e acanhado na sua zona central: em Visconde de Araújo há um casario de casas modestas e malcuidadas amontoadas em pequenos lotes, em ruas de calçadas estreitas e sem arborização, de cujos bueiros emana um cheiro de esgoto. Este centro está ladeado por duas zonas de enormes contrastes: ao norte, favelas que ocupam áreas de

⁵ ANP- Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Tabela 2.15.

⁶ <http://www.macaee-rj.com.br/acidade.php>

manguezais e de proteção ambiental: Nova Holanda, Malvinas, Aroeira, Nova Brasília, Botafogo, Parque Aeroporto, Cabiúnas, Lagomar, dentre outras. Ao sul, zonas de moradia de luxo em condomínios fechados nos bairros da Glória, Cancela Preta, Cavaleiros, etc., onde trabalhadores de alta qualificação habitam em torno da Lagoa de Imboassica, parcialmente aterrada e assoreada. A população migrante, oriunda preponderantemente de outros pontos do estado do Rio de Janeiro e da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, concentra-se no Setor Administrativo 6 (27% dos migrantes estão em Cabiúnas, Lagomar, Parque Aeroporto). A cidade prepara sua expansão ao longo das suas Linhas Verde e Azul, recém-abertas e pavimentadas, onde manguezais são aterrados para a formação de distrito industrial e onde novas favelas despontam, como Piracema, por exemplo. Em função de aterros e de retificações indevidas de cursos d'água, toda a cidade é sujeita a enchentes. A Rodovia Amaral Peixoto corta a cidade e tem congestionamentos intensos e extensos, acidentes e atropelamentos.

Seu Plano Diretor (Lei Complementar 76/2006) identificou oito Unidades de Conservação - UCs - e 38 áreas de interesse ambiental⁷. Segundo informação da Secretaria de Meio Ambiente, as UCs municipais não tem dotação orçamentária (apenas o que foi nominalmente estipulado no texto da lei que as criou); tampouco tem plano de manejo. A Secretaria informou tentar levantar recursos para isso via submissão de projetos a Petrobrás e a diversas fundações e ONGs.

O PIB – Produto Interno Bruto - per capita do município já figurava em 2004 dentre os 10 maiores do país (R\$120.602,00, segundo o IBGE). Em 2008, Macaé já ocupava o 4º lugar dentre as 92 municipalidades do estado do Rio de Janeiro em receita absoluta total (R\$ 1.150.731.987, segundo o Anuário Fluminense 2009, da Aequus Consultoria). Segundo os dados da UCAM/Info Royalties, em 2008 a receita de Macaé oriunda dos royalties somados às participações especiais foi de R\$ 501.680.924⁸, mas as aplicações em despesas com investimentos ficaram em R\$ 86.880.672, ou seja, uma quinta parte. Ainda em 2008, a composição das despesas municipais da Prefeitura de Macaé, segundo o Anuário Fluminense, foi de 49,2% em pessoal, 43,4% em custeio, 9,9% em investimento e 2,5% em encargos e amortização de dívida.

Dentre os principais municípios petro-rentistas fluminenses, Macaé figura como aquele em que o dinheiro dos royalties, embora muito expressivo, tem comparativamente menos peso nas receitas totais (o que se explica pelas receitas do ISS e do ICMS pagas pelas empresas, respectivamente 198 e 214 milhões de reais em 2009, segundo a SEMIC):

⁷ Dentre as oito UCs, três são de proteção integral, de uso indireto: Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, com seu complexo lagunar de 18 lagoas; Reserva Biológica União e Parque Municipal do Atalaia; cinco são de uso sustentável: duas Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN da Fazenda da Barra do Sana e do Sítio Shangri-lá; cinco Áreas de Proteção Ambiental: APA do Arquipélago de Sant'Anna, APA do Sana e APA do Jardim Pinheiro, nos termos do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei federal 9985/2000).

⁸ O que contrasta com a cifra divulgada pela SEMIC, que contabilizou R\$ 406,9 milhões em 2008. (“Macaé, um lugar para investir”).

T2 - COMPOSIÇÃO (%) DA RECEITA DOS CINCO MAIORES MUNICÍPIOS PETRO-RENTISTAS DO RJ -2008

	Macaé	Campos	Rio das Ostras	São João da Barra	Quissamã
População	188787	431839	91085	30348	19315
Receita Tributária	21,8	5	9,9	5	3,6
Royalties	43,9	70,6	68,9	74,4	66,6
FPM	3,0	2,0	3,4	4,6	3,5
QPM-ICMS	16,2	10,2	6,5	9,8	22,0
Outras	15,1	12,2	11,3	6,2	4,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Anuário Fluminense de 2009 – Aequs Consultoria

A população de Macaé triplicou a partir da década de 70 e seu crescimento urbano foi assim calculado: taxa anual de crescimento populacional de 3,88 entre 1991 e 2000; taxa de urbanização de 91,37% em 1991 e de 95,13% em 2000; taxa líquida de imigração de 103 entradas por mil habitantes em 2000 (MOTA et al, 2007). Sua população era de 132.461 habitantes em 2001 (IBGE, Censo Demográfico); passou para 188.787 em 2008 (Anuário Fluminense de 2009, dados estimados) e alcançou 194.497 no Censo de 2010. Segundo o Programa Macaé-Cidadão, 86.156 pessoas eram oriundas de outras localidades em 2007 (cerca de 45% dos habitantes)⁹

Apesar de estar entre os 10 municípios mais ricos do país, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Macaé o colocou na 811ª posição entre os cerca de 5 mil municípios brasileiros. A taxa de indigência recuou de 17,9% em 1970 para 6,5% em 2000 (MOTA et al , 2007); segundo o orçamento da Prefeitura de 2009, Macaé recebeu R\$ 5.512.540,00 de recursos federais para o Bolsa-Família naquele ano e os entregou a 9255 pessoas beneficiadas (ou seja, cerca de 7% da sua população é reconhecida como extremamente pobre).

Macaé tem a situação invulgar no cenário econômico brasileiro de ser um município onde predominam os empregos formais, com carteira de trabalho assinada e encargos sociais atendidos. Entre 1995 e 2005 seu estoque de empregos formais evoluiu de 67% para 82% do total de empregados, contrastando com o país, que evoluiu de 10% para 26%, segundo dados do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego (MOULIN). Outro estudo apontava para 55 mil postos de trabalho formal (41,7%) numa população de 132 mil habitantes, dos quais 19% (10432) ocupados nas atividades de extração de petróleo e gás. (RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego, apud F. Araújo, 2005). Todavia, esta população com trabalho formal não se fixa: é uma população flutuante, estimada em 50 mil segundo a Secretaria

⁹ Programa Macaé-Cidadão, da Prefeitura Municipal de Macaé, Pesquisa Domiciliar. Tabela População Residente segundo a última unidade da federação ou país que morou, por setores administrativos.

Municipal de Indústria e Comércio (SEMIC, 2010). Os trabalhadores embarcados, que operam as plataformas em regime de turnos, chegam a morar em outras regiões do país e mesmo fora dele. Em 2006 existiam 8159 empresas instaladas em Macaé, contra 368 ao final dos anos 70. Dessas 8159, quase a metade - 3555 - no setor de prestação de serviços. (Em 2008 a SEMIC contabilizou menos: 6583, das quais 90 em atividades de extração de petróleo).

As atividades petrolíferas provocaram intensa modificação urbana. Segundo a Associação Macaense da Indústria Hoteleira, Macaé tem o segundo maior parque hoteleiro do estado, voltado para o turismo de negócios, movimentando cifras que contribuem para 10% do PIB do município. Tem um aeroporto considerado o maior da América Latina em número de pousos e decolagens de helicópteros. Em 2006 a Prefeitura aprovou 130 novos projetos de obras para condomínios, prédios residenciais, comerciais, galpões de empresas e shopping center.¹⁰

O crescimento econômico e urbano foi, entretanto, acompanhado pela favelização (Malvinas, Nova Holanda, Aroeira, Santana, Boa Vista, São Jorge, Jardim Pinheiro, Vila Pinheiro, Leocádia, Botafogo, Miramar, Lagomar, Jardim Santo Antônio, Nova Macaé, etc.¹¹), pela violência e tráfico de drogas (ali atuava o temível traficante Roupinol, Rogério Rios Mosqueira, natural de Macaé) e pela degradação ambiental (poluição dos corpos hídricos). Como se mostra a seguir, a Prefeitura ainda não universalizou a rede de esgotamento sanitário.

Em setembro de 2009 a Agência Brasil, órgão oficial da imprensa do Governo Federal, publicou matéria da Jornalista Isabel Vieira, intitulada “A Maldição do Petróleo”, focando a violência e favelização local. Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros¹², a cidade de Macaé foi arrolada entre os 15 municípios mais violentos do país: ocorreram 123 assassinatos em 2006, o que corresponde a uma taxa de homicídios de 85,9 (em 100 mil habitantes).

Consultado pela Agência Brasil, o Prefeito Riverton Mussi chamava a atenção para a pressão da demanda migratória e a conseqüente sobrecarga nova anual sobre os serviços de educação e saúde e políticas públicas desde o boom do petróleo. Há um Programa Municipal chamado “Macaé Sem Favelas”, inserido no Plano Local de Habitação de Interesse Social, desenvolvido pela SEMHAB e apoiado pelo Ministério das Cidades, dentro do PAC – Programa de Aceleração de Crescimento, do governo federal, em fase de início de execução e que não se propõe a atender toda a demanda.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, o rápido crescimento sem planejamento adequado trouxe sérios problemas para o Município e dentre estes avulta um sistema de

¹⁰ Os dados são da Associação Comercial e Industrial de Macaé – ACIM, coletados pelo doutorando Heitor Delgado Correa, UFF/PPGSD.

¹¹ Segundo Soffiati, nesta coletânea, as ocupações se deram em áreas assoreadas a partir do trabalho equivocado de retificação dos rios pelo DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Soffiati, A.A. Macaé em quatro tempos.

¹² J.Jacobo Waiselficz, trabalho divulgado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – Ritla e Ministério da Justiça, 2008. <http://www.ritla.net.br>

esgotos sanitários ainda parcial e ineficiente¹³: embora houvesse um projeto de macrodrenagem e esgotamento sanitário, visando o tratamento integral do esgoto da área urbana (com um valor estimado de R\$236.835.295,32, segundo Processo 237.198-6/06 do TCE-RJ), o que o município de Macaé tinha em 2007 eram ETES – estações de tratamento de esgoto – apenas projetadas ou com funcionamento parcial¹⁴: segundo o TCE-RJ, as obras da ETE Virgem Santa estavam abandonadas, o material apresentava sinais de deterioração e de extravio, o que foi objeto de investigação da Câmara Municipal.

A Lagoa de Imboassica, que já foi considerada um santuário ecológico, hoje está assoreada e recebe dejetos de esgoto domiciliar de bairros que surgiram em seu entorno. Segundo ativistas sociais e ambientalistas de Macaé, em suas manifestações de rua e em seus blogs¹⁵, não teria havido investimentos significativos em saneamento básico por parte da Prefeitura de Macaé ao longo dos anos. A municipalidade assim configurou a aplicação de suas receitas, segundo seu Plano Plurianual 2010-2013 e no qual saneamento aparece com 9% dos recursos:

T3 – PLANO PLURIANUAL DE MACAÉ PARA 2010-2013 (R\$ POR FUNÇÃO):

Função Legislativa	33.319.660,00	2,7%
Administração	213.268.954,08	17,6%
Segurança Pública	4.013.687,98	0,3%
Assistência Social	32.708.405,45	2,7%
Previdência Social	13.846.457,21	1,1%
Saúde	227.485.843,35	18,7%
Trabalho	24.651.587,74	2,0%
Educação	248.926.315,92	20,5%
Cultura	8.464.684,96	0,7%
Direitos da Cidadania	289.330,70	0,02%
Urbanismo	70.172.893,49	5,7%
Habitação	2.544.607,36	0,2%
Saneamento	108.873.856,32	9,0%
Gestão ambiental	4.056.593,75	0,3%
Ciência e Tecnologia	2.171.645,45	0,17%
Agricultura	1.316.366,65	0,1%
Comércio e serviços	3.777.923,82	0,3%
Comunicação	10.039.057,28	0,8%
Transporte	29.217.604,74	2,4%
Desporto e lazer	16.865.282,47	1,3%
Reserva de contingência	154.649.741,28	12,7%
Total geral	1.210.660.500,00	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé, Plano plurianual 2010-2013

¹³ TCE-RJ- Relatório de Auditoria no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Município de Macaé realizada no período de 23.07.07 A 10.08.07 Processo nº 224.872-3/2007

¹⁴ Na ZONA NORTE, as ETE do Bairro Lagomar, ETE do Engenho da Praia, ETE Aeroporto, ETE do Bairro da Ajuda (CEHAB), ETE do Centro de Convenções e ETE Nova Holanda; na ZONA SUL, ETE Mutum, ETE Virgem Santa e ETE do Hospital Municipal.

¹⁵ <http://denunciamacaeforumeiros.com/noticias-local-nacional-fl/o-mau-exemplo-de-macaef-t8.htm>

Segundo dados divulgados pela Prefeitura¹⁶, Macaé estaria entre as 10 cidades economicamente mais pujantes do país, mas em uma posição mediana no que diz respeito à qualidade de vida (educação, saúde):

“É a primeira cidade do estado e a primeira do Norte Fluminense em desenvolvimento.”

“O PIB per capita do município é de R\$ 120 mil, 30% maior do que a média nacional” (IBGE, 2006).

“Está em sétimo lugar no ranking das melhores cidades do sudeste, atrás apenas das metrópoles São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES) e dos municípios Barueri (SP), São Caetano do Sul (SP) e Belo Horizonte (MG). Essa foi a oitava edição da pesquisa “As cem melhores cidades para fazer carreira”, coordenada pelo professor Moisés Balassiano, da FGV”.

No ranking fluminense, Macaé e Niterói foram as únicas duas cidades do Estado a aparecerem na lista dos cem municípios com maior crescimento do Brasil. Em 2000, Macaé ocupava a 45ª posição. Com os novos investimentos, a cidade conquistou a 34ª posição, subindo 11 lugares.

Está entre as 100 melhores cidades da América Latina (segundo Certificado concedido em 28 de maio de 2008 pela Associação Nacional de Municípios Produtores - Anamup.

Em junho de 2008, Macaé foi considerada a cidade mais dinâmica do Estado do Rio de Janeiro e a segunda do país. (Atlas do Mercado Brasileiro). Os critérios para avaliação dos municípios incluem investimentos sociais feitos em 2007 em saúde, educação, habitação, ciência e tecnologia e capacidade de compra.

Em comparação com os 5.564 municípios brasileiros, Macaé está em 686º lugar no setor de educação. Na saúde, em comparação com todo o país, o município aparece em 640º lugar e na geração de emprego, a cidade conquistou o décimo-primeiro lugar.”

Um Programa Municipal de Combate à Evasão Escolar¹⁷ mencionava a alta incidência de morte juvenil por homicídios e relacionava a evasão escolar a esta violência, uma vez que os jovens deixam de estar protegidos pela escola. Em debate em 2010 sobre o Programa, professoras propuseram que, dentre as causas prováveis da evasão, dever-se-ia considerar também a baixa qualidade de escolas da rede municipal, carentes que seriam de material de consumo, de quadras de esportes e mesmo de abastecimento de água.

Alguns estudos, a despeito da dificuldade de dados, oferecem indícios no sentido de comprovar o quanto a riqueza e a pobreza se entrelaçam no mundo do petróleo: Givisiez & Oliveira (2007) fizeram um estudo comparativo sobre receita de royalties e Índice de Pobreza Humana (IPH do PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): a partir dos 759 municípios recebedores de royalties no país, foi construída uma tipologia de cidades por índices de pobreza e níveis de receita de royalties. (A renda per capita municipal advinda dos royalties - RP-M - foi

¹⁶ <http://www.macaé.rj.gov.br/conteudo.php?idCategoria=27&idSub=27&idConteudo=41>, capturado em 8 de novembro de 2010

¹⁷ Programa de Combate à Evasão Escolar, da Câmara Permanente de Gestão-Gerência do Plano Diretor, em setembro de 2010.

verificada sobre dados de 2000 e o Índice de Pobreza Humana – IPH-M - dos municípios sobre dados de 1997). Dos resultados alcançados, damos destaque ao seguinte: “os 76 municípios que se classificam com RP-M médio alto e muito alto apresentam IPH-M preponderantemente nas categorias médio alto e alto”. Ou seja, a pobreza acompanha a riqueza. Note-se que entre os 26 municípios com RP-M alto, apenas três apresentaram o indicador de pobreza mais baixo e, mesmo entre os 16 municípios no topo da classificação RP-M, somente cinco apresentaram o IPH-M baixo. (Givisiez & Oliveira, 2007, p. 155). Ou seja: municípios ricos, população pobre. Os autores concluem afirmando que grande parte da população nos municípios petro-rentistas não sabe nem da existência nem da importância dessas receitas no orçamento municipal, tampouco como deveriam ser usadas.

No caso das jazidas petrolíferas, elas têm um horizonte curto, razão pela qual a legislação prevê o pagamento dos royalties e participações. Rodrigo Serra os define como instrumentos de promoção de justiça intergeracional, uma vez que incidem sobre um bem finito (a plataforma continental teria “uma duração estimada de pelo menos três décadas” (2007:93). Sua análise mostra que esses recursos têm sido utilizados como um “sobrefinanciamento das esferas de governo subnacionais”, o que representa “um saque feito à conta das futuras gerações”. (2007:78,79).

Municipalidades e estados aquinhoados defendem seu direito aos recursos recebidos, interpretando-os como indenizações pelos impactos ambientais e de adensamento causados pelas atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo em suas localidades. Seriam compensações pelos danos. Serra considera isso um “equivoco interpretativo” talvez proposital, uma vez que a “elevação do fluxo de renda local e regional gerado pela presença do segmento de E&P provoca um crescimento da base tributária, permitindo o aumento da arrecadação por meio dos instrumentos impositivos clássicos” – ICMS; IPTU (2007:80). Parece ocorrer uma “preguiça fiscal” por parte das autoridades locais, segundo Givisiez & Oliveira.

Serra, analisando a realidade político-econômica dos “novos municípios ricos [...] avizinados por regiões empobrecidas” (2007:93), constata os seguintes aspectos: fragilidade da norma de distribuição dos royalties e participações especiais; contratação pelas prefeituras de pessoas físicas e jurídicas de forma terceirizada (pela impossibilidade de ampliar o quadro de pessoal com recursos do petróleo); existência de processos de alocação dos recursos para fins distantes da política de promoção da justiça intergeracional (2007: 99); financeirização das rendas petrolíferas (para pagamento de dívidas com a União e capitalização de fundos previdenciários, segundo as Medidas Provisórias 1869/99 e 2103/2001); facilitação para as elites políticas e econômicas do processo de privatização de importantes fundos públicos; falta de controle social destes recursos.

E o autor recomenda, além da “urgência de se realizar um amplo debate acerca da necessidade de orientar efetivamente para o público, de forma irrestrita, os expressivos fundos públicos alimentados pelas rendas petrolíferas” (2007:107):

- um teto para repasse das rendas petrolíferas aos municípios;
- a inclusão de critérios meritórios para o rateio dessas rendas;
- a instituição de mecanismos de controle social;
- a vinculação legal das rendas do petróleo a determinadas funções e programas de governo no nível local;
- a realização de indicadores para mensurar a efetiva presença territorial de capital e trabalhadores ligados às atividades de exploração e produção.

Monié (2003), ao examinar as dinâmicas territoriais e culturais provocadas pelas atividades petrolíferas no norte-fluminense, observou os seguintes aspectos:

- o enriquecimento de parte da população e o afluxo de trabalhadores pobres sem qualificação;
- o surgimento de áreas de residência e de consumo de alto padrão social e a expansão de bolsões de pobreza;
- o aumento das desigualdades intra-regionais entre campo e cidade e entre centros urbanos mais ou menos inseridos na nova economia regional;
- o caráter desigual das dinâmicas em curso;
- a implantação de uma cultura empresarial moderna, que leva à necessidade da oligarquia tradicional reformular suas estratégias para manter a hegemonia;
- novas estratégias residenciais e demandas por equipamentos comerciais e culturais modernos.

A organização civil em torno dos interesses das finanças locais advindas do petróleo é dinâmica. Apontamos a OMPETRO e a Rede Petro-BC: em 2001 os municípios rentistas criaram a OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos, para a defesa dos interesses regionais, presidida por Rosinha Garotinho¹⁸. A Rede Petro-BC (Bacia de Campos) foi criada em 2003 pela Prefeitura de Macaé, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (Sebrae/RJ) e por um grupo de empresários para “concentrar esforços na promoção de negócios e acesso às modernas capacitações em níveis gerenciais e tecno-profissional e gerar oportunidades de negócios para seus associados, viabilizando projetos, buscando atrair indústrias de transformação, de maneira a dar mais horizonte à vida produtiva local”.

¹⁸ Mulher do ex-governador Anthony Garotinho; ela própria ex-governadora e prefeita de Campos.

Piquet e Oliveira entrevistaram executivos de diferentes tipos de empresas¹⁹, chegando às seguintes conclusões: as petroleiras consideram as administrações locais (prefeituras) pouco eficientes e pouco atentas às suas necessidades de segurança, iluminação, transporte coletivo e vêm a si mesmas agindo dentro dos princípios éticos e administrativos modernos, obedecendo à legislação trabalhista e ambiental. As fornecedoras e as não-vinculadas acham que cumprem seu papel ao gerar empregos e pagar impostos e percebem os programas sociais como atribuições do setor público. Nenhuma das empresas demonstrou preocupação com o território que lhes dá sustentação (p. 279). Macaé, a cidade que as sedia, vem tendo um crescimento “especializado e dependente, projetado para um horizonte curto, de 20 a 30 anos” (p.283).

Piquet define as áreas produtoras de petróleo e gás como “campos de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, homens e informações e cuja localização se dá por determinação da natureza” (onde estão as jazidas). Tais campos não são inspirados pela promoção do desenvolvimento regional, estando antes destinados a cumprir metas globais e/ou nacionais de desenvolvimento. Tampouco parecem orientados por outras formas de desenvolvimento (bem-estar, sustentabilidade ambiental, participação local e defesa da identidade cultural).

Macaé ilustra o que acontece nos demais municípios petro-rentistas: preocupações de curto prazo; construção de um consenso falso; desinformação; lógicas oligárquicas; particularismos. (SOFFIATI) Poderia ser diferente, sim, mas por onde começar a provocar a diferença? Poderia a Petrobrás provocar essa diferença, se o quisesse?

Em resumo: a pujança econômica local no Brasil vem acompanhada da pobreza, da degradação sócio-ambiental e urbana. Forma os “desafios da abundância” aos quais se referiu Piquet. Macaé é exemplo disso. Os dados e análises contidos nos estudos acima mencionados apontam para um processo de crescimento econômico acompanhado por desigualdades intensificadas.

Nossa pergunta: poderia ser diferente? O que fazer para superar essa dinâmica trágica?

4. Desenvolvimento local e o desafio da abundância: a responsabilidade social empresarial seria a resposta?

¹⁹ As empresas petroleiras transnacionais - Shell, Texaco, Petrobrás – que são as grandes petroleiras, de alto padrão tecnológico e certificadas nos termos da ISO 9000; as fornecedoras locais, aplicadas em engenharia civil, transporte, alimentos, que são novas, com um quadro pequeno de pessoal e de baixa qualificação e que são prestadoras de serviço às petroleiras; as “empresas não-vinculadas” empresas familiares, com mão de obra de baixa qualificação e sem nenhuma certificação. Em Piquet e Serra, op.cit.

Os campos petrolíferos compartilham com outros grandes projetos – hidrelétricas, pólos petroquímicos – os mesmos impactos: “migrações, com conseqüente estrutura demográfica atípica, composta por elevado coeficiente de homens jovens; favelização, prostituição e criminalidade; espaços urbanos não-equipados; despreparo do poder público local, que faz concessões que enfraquecem os cofres municipais e que assiste à ocupação não planejada das beiras de estradas, rios, canais e encostas de morros e à conseqüente sobrecarga no uso dos equipamentos coletivos, sem cuidar de sua ampliação e modernização” (PIQUET, 2007).

Macaé, como visto acima, é um local rico e desigual; está estreitamente ligado a estruturas econômicas petrolíferas internacionais; tem um expressivo contingente de pobres em favelas; tem áreas lindas mas ambientalmente degradadas. Muitos dos aspectos históricos brasileiros abordados por Brandão se aplicam a Macaé: um desenvolvimento desigual e desequilibrado. Como mudar isso, como superar esta abundância trágica? Devem as empresas atuar diretamente na sua superação?

Na literatura sobre a questão, Angra III e a Eletrobrás Eletronuclear são apontadas (Revista Visão Sócio-Ambiental) como exemplos: de um orçamento total de investimento de R\$ 7 bilhões na Usina Nuclear Angra III, teria destinado 481 milhões (6,87%) como recursos compensatórios ao longo de seis anos, para projetos sócio-ambientais nas três municipalidades onde atua: Angra dos Reis, Rio Claro e Parati, o que significaria R\$ 2.226.851,00 por municipalidade/mês, para capacitação de pessoal e desenvolvimento regional.

Tentemos um quadro esquemático para visualizar a correspondência entre a análise do desenvolvimento desigual e as propostas de superá-lo:

Por que Macaé apresenta um desenvolvimento desigual e desequilibrado?	Como solucioná-lo na direção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente justo e democrático?
1.1 Por causa das forças estruturais do capitalismo global 1.2 Por causa das forças estruturais da “pactuação horizontal interoligárquica” a nível nacional	1 Não haveria solução local e nem haveria problema, posto que todo processo de desenvolvimento gera “naturalmente” uma cadeia de desequilíbrios
2 Porque as oligarquias locais são perversas, seja por vontade, seja por omissão (intenção ou inércia)	2.1 Uma solução seria a atuação social empresarial 2.2 Outra a capacitação política da população via democracia participativa e governança
3 Porque as instituições políticas e jurídicas nacionais são fatores de perpetuação das desigualdades	3 Não haveria solução local, uma vez que o desenho destas instituições é nacional, de difícil atualização e de privilégios quase vitalícios e as instituições locais as mimetizam
4 Por causa da cultura política geral – local e nacional – que naturaliza desigualdades e não prioriza o interesse público	4.1 Uma solução seria de longo prazo através da educação formal e continuada 4.2 Um encaminhamento de solução seria uma ampla campanha de debates nos meios de comunicação
5- Por que as empresas são desterritorializadas e não ligam para o	5 – Ações conjuntas de responsabilidade social e ambiental de fato

Chico Oliveira debruçou-se sobre o que chamou de “o enigma do desenvolvimento local”. Poderia ele corrigir a tendência da concentração macro? As cidades globais, frutos da ligação direta global/local, significariam a não-necessidade da instância nacional? Seria ultrapassar a dimensão do Estado nacional? Para o autor, o desenvolvimento local pode se inserir em uma estratégia de descentralização que agrave desigualdades. Oliveira critica um significado atribuído ao desenvolvimento local que o aplica como um “emplastro” de uma cidadania que seria o não-conflito²⁰. O caminho que ele aponta é a luta por cidadania, que viria a ser a forma contemporânea da luta de classes. Essa luta ele a define como uma luta por significados, direitos e fala. E que teria peso porque, ainda segundo ele, o poder do local não é pequeno no Brasil²¹.

Chico Oliveira reconhece que há mesmo uma nova ética – um clamor público e uma proposta empresarial - que pede transparência, mas ele cobra da ética empresarial que ela desça dos preceitos abstratos, nos seus modelos e tipologias²² e se introduza nas dimensões mais concretas. Piquet e E. L. de Oliveira, como já mencionado, ao entrevistarem executivos de diferentes tipos de empresas²³ parecem corroborar esta falta de dimensão mais concreta: as petroleiras consideram as administrações locais (prefeituras) pouco eficientes. Há um clima de animosidade e desconfiança mútuas. “A economia do petróleo não tem país, as empresas não criam identidade com a cidade” afirmou Cliton Santos, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Macaé. As fornecedoras e as

²⁰ Os episódios de março e abril de 2010, com a passeata na Cinelândia, organizada pelo governo estadual e municípios do estado do Rio de Janeiro contra a Emenda Constitucional Ibsen Pinheiro, podem ser exemplos deste falso consenso: “mexer cm o Rio é mexer comigo”, estava escrito em um cartaz da passeata que reclamava da proposta do Senador de se distribuir a receita dos royalties por todo o país.

²¹ Não faltam exemplos de fóruns e blogueiros denunciando a falta de transparência e o desperdício das fartas verbas do petróleo em Campos. Como, por exemplo, a “desciclopedia sobre Macaé - <http://desciclo.pedia.ws/wiki/Maca%C3%A9>.

²² Os autores arrolados na bibliografia e que tratam da responsabilidade social empresarial enfatizam mesmo os preceitos. A responsabilidade social corporativa (RSC) representa o compromisso com a idéia de organização como conjunto de pessoas que interagem com a sociedade. Dela fazem parte: a ação social filantrópica e assistencial; auditoria social, com avaliação sistemática do impacto social da empresa; o capital relacional, entendido como a integração com grupos de interesse; um código de conduta, expressão formal de valores e boas práticas; um código de bom governo interno; o desenvolvimento sustentável, entendido como a compatibilização entre a exploração racional de recursos naturais e sua regeneração; a empresa-cidadã, conceito pelo qual a empresa se percebe tendo deveres; a ética empresarial, valores, normas e providências determinado pela organização aos seus membros; filantropia estratégica, vinculada a um planejamento estratégico de negócio, associando a ação filantrópica a alguns benefícios determinados em termos econômicos e de vantagem competitiva; gestão ambiental, voltada para a prevenção, redução, minimização e eliminação do impacto ambiental negativo que ocasiona ou pode ocasionar a atividade da empresa; marketing social, visando campanhas com apoio da comercialização de produtos e serviços oferecidos por países com vistas ao desenvolvimento e organizações não governamentais que canalizam ajuda a ditos países; reputação corporativa, buscada com o reconhecimento público alcançado, expressão, em certa medida, de legitimidade social; sustentabilidade, entendida como sua tríplice dimensão econômica, social e ambiental; conta tríplice de resultados, apresentando o valor econômico, o valor para o desenvolvimento social ou para o meio ambiente que as empresas criam ou destroem.

²³ As empresas petroleiras transnacionais - Shell, Texaco, Petrobrás – que são as grandes petroleiras, de alto padrão tecnológico e certificadas nos termos da ISO 9000; as fornecedoras locais, aplicadas em engenharia civil, transporte, alimentos, que são novas, com um quadro pequeno de pessoal e de baixa qualificação e que são prestadoras de serviço às petroleiras; as “empresas não-vinculadas” empresas familiares, com mão de obra de baixa qualificação e sem nenhuma certificação. Em Piquet e Serra, op.cit.

não-vinculadas acham que cumprem seu papel ao gerar empregos e pagar impostos e percebem os programas sociais como atribuições do setor público. Piquet e Oliveira, as autoras, concluem que nenhuma das empresas demonstrou preocupação com o território que lhes dá sustentação (p. 279). Macaé, a cidade que as sedia, vem tendo um crescimento “especializado e dependente, projetado para um horizonte curto, de 20 a 30 anos” (p.283). “A instalação da Petrobrás em Macaé, antes da Constituição Federal de 1988, foi traumática e há uma dívida social impagável da empresa com a cidade”, afirmou o jornalista Martinho Santa Fé, ambientalista local emérito e editor da Revista Visão Sócio-Ambiental. Os municípios petro-rentistas também padecem de preocupações de curto prazo; construção de um consenso falso; desinformação; lógicas oligárquicas; particularismos.

Soffiati²⁴, ambientalista emérito de Campos e professor da UFF, sugere que a OMPETRO se transforme em um órgão assessorado por um corpo técnico que oriente as prefeituras sobre a aplicação correta do dinheiro dos royalties e participações e que haja um fundo municipal administrado paritariamente e com transparência. Tal fundo existe em Macaé, mas não encontramos maiores informações a respeito.

Macaé, nesse grupo de municípios petro-rentistas, tem aspectos distintivos e melhores: não é assim tão dependente dos royalties, uma vez que obtém receita expressiva das multinacionais ali instaladas. Mas que podem ir embora se as atividades de extração terminarem. As descobertas recentes das jazidas petrolíferas do “pré-sal” parecem arrear tal ameaça. Continuam, todavia, os problemas de falta de planejamento urbano, da presença de uma pobreza que não é resgatada. A alternativa de se preparar para em um futuro sem petróleo vir a ser um centro de tecnologia não parece estar sendo enfrentada, se lembrarmos dos recursos modestos pensados para esta função (Tabela 5, acima), apesar dos esforços de construção de espaços para sediar cursos universitários em experiências de interiorização.

Brandão tem razão: o desenvolvimento, pelo menos em um país desigual, não pode se dar isoladamente em uma localidade, precisa ser resultante de políticas regionais ou nacionais, orquestradas de forma sistêmica, integrada e harmoniosa. Mas, enquanto essas não se realizam, não caberia à Petrobrás, dado o seu histórico – uma empresa criada a partir de campanhas populares, nacionalistas e desenvolvimentistas – e seu perfil, uma empresa de economia mista, com dinheiro também público, atuar nesse sentido? Alguns responderiam que não, que a única responsabilidade de uma empresa é gerar lucro (M. Fridman), e que cabe ao povo escolher melhor seus governantes e deles cobrar o bem público. Mas há que se considerar que nem a Petrobrás é uma empresa particular nem pode escolher com o desejável grau de liberdade e cidadania uma população com expressivo

²⁴ Jornal A Folha da Manhã, diversos artigos.

montante na pobreza e defrontada com instituições percebidas como tendentes à inércia e à defesa de si mesmas.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Priscila Gontijo Aguiar. Investigando a injustiça ambiental no Brasil: conflitos ambientais e riscos à saúde nos Bairros Nova Holanda e Nova Esperança no Município de Macaé-RJ. IFF – Instituto Federal Fluminense-Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental - Modalidade Profissional, Macaé, 2010
- ARAUJO, Faber Paganoto. Migrantes Ricos e Migrantes Pobres: As Heranças da Economia do Petróleo em Macaé. Monografia submetida ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio De Janeiro, 2005.
- BARUQUI, Solange Silva Carvalho. A cidade formal e a cidade informal em Macaé: uma análise do crescimento habitacional da década de 90. Dissertação de Mestrado para a UCAM CAMPOS, Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Campos, 2004
- BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento – as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, 238p.
- CARVALHO dos Santos, Thereza C. (Org.): Dinâmicas Territoriais. Brasília: CIORD, AAP,ABM, 2001, 326p.
- CMMAD. Nosso futuro comum – o Relatório Brundtland. Rio de Janeiro: FGV, 1988, 430p.
- CORREA, H.D. A Institucionalização da Gestão Ambiental Local: análise da efetividade frente aos conflitos sócio-ambientais. O caso de Macaé-RJ. UFF- PPGSD, mimeo, 2009.
- COSTA, Ricardo Cesar Rocha. Exclusão social e desenvolvimento humano – um mapeamento das desigualdades e do desenvolvimento sócio-econômico do município de Macaé - análise sociológica da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2001 – 2003. Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, Prefeitura Municipal de Macaé. Macaé, 2007.
- CRUZ, José Luis Vianna. Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, 2003. Banco de artigos, teses, estudos e legislação do site Royalties do petróleo. Universidade Cândido Mendes – Boletim UCAM-Campos, capturado de <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br>
- ELKINGTON, J. Canibais de garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001, 444p.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 117p.
- GIVISIEZ, Gustavo H.N. e OLIVEIRA, Elzira L. A pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo. Em: Piquet & Serra. Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, pgs 139 – 168.
- GOMES, Adriano & MORETTI, Sergio. A responsabilidade e o social. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007, 305p.
- GUTNAM, J. Participações governamentais, passado, presente e futuro. Em: Petróleo e região no Brasil – o desafio da abundância. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2007, pp. 35 – 76.
- HAWKEN, P & LOVINS, A % LOVINS, L.H. Capitalismo natural – criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 1999, 358p.
- HERCULANO, S. Desenvolvimento Sustentável: como passar do insuportável ao sofrível. Revista Tempo e Presença. Rio de Janeiro: CEDI, nº 261, ano 14, jan/fev1992.
- HERCULANO, S. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. Ecologia, Ciência e Política, Mirian Goldenberg (coord.). Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, pp. 9 – 48.
- HERCULANO, S. Em busca da boa sociedade. Niterói: EDUFF, 2006.
- HERCULANO, S. Qualidade de vida e seus indicadores. Em: Herculano, S. et al (orgs.). Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niterói: EDUFF, 2000, pp 219 – 245.
- HERCULANO, Selene et al (orgs.) Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niterói: EDUFF, 2000, 334 p.
- LAYRARGUES, Philippe Pommier. A cortina de fumaça – o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.. São Paulo: Annablume, 1998, 234p.
- LEROY, J.P. & MALERBA, J. (Orgs.) Petrobrás: integración o explotación?. Rio de Janeiro: FASE, 2005

- LOUREIRO, Alice Cid Loureiro & LIMA, Gilson Brito Alves Lima et al. Gestão de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde: estudo de um modelo integrado para a engenharia da Petrobras. IV Congresso Nacional em Gestão, Niterói, 2008. Mimeo.
- MACHADO, Tonny Corrêa & MIGLIEVICH, Adélia. A Universidade Pública e o Setor Produtivo: o caso Petrobras na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Revista Agenda Social. v.4 , n.1, jan-abr / 2010, p. 37-63.
- MARICATO, E. Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002
- MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (BA). IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José, Costa Rica, 2003.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. O petróleo é nosso. São Paulo: Iisis, 2004, 576p.
- MONIÉ, F. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. Em: Piquet, R. (org.) Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 257 - 285.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, 316p.
- MOULIN, Angela et al. Desafios do federalismo brasileiro: como regular o crescimento de cidades submetidas a pressões econômicas e demográficas? Rio de Janeiro, UERJ, mimeo, sine data.
- MOTA, Ailton; Pontes, Carla; Tavares, Érica; Carvalho, Leonardo e Totti, Maria Eugênia. Impactos socioeconômicos da instalação do pólo petrolífero em Macaé, RJ. Em: Piquet & Serra. Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, pgs 289 – 318.
- MOTTA, D.M. et al. Principais características da urbanização: desafios da gestão urbana. Em: Thereza C. Carvalho dos Santos (Org.): Dinâmicas Territoriais. Brasília: CIORD, AAP, ABM, 2001, pp. 40 - 57.
- OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? Cadernos do Programa Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: Instituto Polis; EAESP/FGV e CEDEC, 2001.
- ONU. Agenda 21. Brasília, Senado Federal, 1997, 598p.
- PETROBRAS. Social and Environmental Report 2006.
- PIQUET, R. & OLIVEIRA, E. Empresas e empresários do Norte Fluminense: uma análise qualitativa. Em: Piquet & Serra. Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, pgs 267 – 288.
- PIQUET, R. & SERRA Rodrigo (Orgs.). Piquet & Serra. Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 351p.
- PIQUET, Rosélia (org.) Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, 310 p.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & RIBEIRO, L. A luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: O caso da Petrobrás no Equador. www.alinet.org e www.rbja.org, acessado em fevereiro de 2007).
- PRODESMAR. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte do Estado do Rio de Janeiro- Análise Situacional, Cenários Prospectivos e Estratégia de Desenvolvimento Regional. Belo Horizonte: Consórcio Rionor, março de 2010
- PROGRAMA MACAÉ-CIDADÃO. Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé-Cidadão, 2006-2007. Macaé, 2010.
- QUINTELLA, Sergio F. Os Royalties de Petróleo e a Economia do Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Setembro de 2000. Capturado do Banco de artigos, teses, estudos e legislação do site Royalties do petróleo da Universidade Cândido Mendes – Boletim UCAM-Campos. <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>
- SANTAROSA, Wilson. A Petrobras e o Pacto Global da ONU - Organização das Nações Unidas. Capturado em www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/Artigos.asp
- SILVA, Gicélia Mendes. Territórios do petróleo em Sergipe. Tese de doutorado apresentada ao UFS/NPGEO, Acaraju, 2008
- SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. G. P.; FISCHER, T. Cidadania Empresarial no Brasil: Três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL, 1999, Foz do Iguaçu/PR. Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), 1999.
- SERRA, R. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobre-financiamento das esferas de governo locais. Em: Piquet & Serra. Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, pgs 77 - 110.
- TCE-RJ. Relatório de Auditoria no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Município de Macaé, realizada no período de 23.07.07 a 10.08.07. Processo nº 224.872-3/2007
- TCE-RJ. Estudos Sócio-econômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – comparativo dos municípios fluminenses – 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

TERRA, Denise Cunha Tavares. Uma Leitura Espacial da Apropriação Desigual das Rendas Petrolíferas de Campos dos Goytacazes. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Abril de 2007

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 (2ª ed.), 226p.

WAISELFICZ, J.Jacobo. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, trabalho divulgado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – Ritla e Ministério da Justiça, 2008. www.ritla.net.br, acessado em abril de 2010.

YOUNG, R. Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. <http://www.uniethos.org.br/>. Acesso em 29/12/2004.

